

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará **15 (quinze) páginas** numeradas sequencialmente, contendo **60 (sessenta) questões** objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: **Língua Portuguesa 15 (quinze) questões, Noções de Direito 15 (quinze) questões, Noções de Informática 5 (cinco) questões, Raciocínio Lógico 5 (cinco) questões e Conhecimentos Específicos 20 (vinte) questões.**
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no Cartão de Respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o Caderno de Questões se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha o Cartão de Respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Será vedado o uso de líquido corretor de texto ou fita corretiva, caneta hidrográfica fluorescente, lápis, borracha, lapiseira ou lápis-borracha.
- VI. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VII. Marque o Cartão de Respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio Cartão de Respostas.
- VIII. O preenchimento do cartão de resposta será de inteira responsabilidade do candidato, não sendo permitida a substituição quando o erro for do candidato.
- IX. O sistema de leitura e processamento dos Cartões de Respostas não registrará a resposta em que houver falta de nitidez na marcação e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- X. O Cartão de Respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- XI. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o Cartão de Respostas e este Caderno. As observações ou marcações registradas neste caderno não serão levadas em consideração.
- XII. **Você dispõe de 04 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o Cartão de Respostas.**
- XIII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova **02 (duas) horas após seu início.**
- XIV. O candidato **poderá levar seu Caderno de Questões faltando 01 (uma) hora para o término da prova.** Em hipótese alguma o candidato poderá levar o Caderno de Questões antes do horário permitido.
- XV. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, e demais aparelhos eletrônicos.
- XVI. Será proibido o empréstimo de material, bem como estabelecer comunicação, por qualquer meio, com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este concurso.

Boa Prova!

NOME:

ASSINATURA DO CANDIDATO:

INSCRIÇÃO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

RASCUNHO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

Sobre coisas que acontecem

(Martha Medeiros)

Quando abri os olhos pela manhã, não podia imaginar que seria o dia que mudaria a minha vida.

Que seria o dia que conheceria o homem que me fez cometer um crime. O dia que eu me enxergaria no espelho pela última vez. O dia que descobriria que estava grávida. O dia que encontraria um envelope lacrado, com uma carta remetida a mim 20 anos antes.

(Que dia foi esse? Quem está falando?)

É apenas um exercício de criação. Iniciei a crônica com uma frase fictícia e demonstrei os desdobramentos que ela poderia ter. Uma vez escolhido o caminho a seguir, uma história começa a ser contada, que pode ser longa ou curta, verdadeira ou fantasiosa. Bem-vindo ao mundo encantado da escrita.

Convém que a primeira frase seja cintilante. A partir dela, o leitor será fisgado ou não. Exemplo clássico: “Todas as famílias felizes se parecem; cada família infeliz é infeliz à sua maneira”, início do romance *Anna Karenina*, de Tolstói. Arrebatador. Uma vez aberta a janela do pensamento, a mágica acontece: o leitor é puxado para um local em que nunca esteve, é deslocado para um universo que poderá até ser hostil, mas certamente fascinante, pois novo. Talvez não se identifique com nada, mas será desafiado a enfrentar sua repulsa ou entusiasmo. Não estará mais em estado neutro. A neutralidade é um desperdício de vida, uma sonolência contínua.

A crônica tem o mesmo dever: o de jogar uma isca para o leitor e atraí-lo para o texto. Gênero híbrido (literário/jornalístico), encontrou no Brasil a sua pátria. Somos a terra de Rubem Braga e Antônio Maria, para citar apenas dois gênios entre tantos que fizeram da leitura de jornal um hábito não só informativo, mas prazeroso e provocador. Se eu fosse citar todos os colegas que admiro, teria que me estender por meia dúzia de páginas, mas só tenho essa.

A crônica é um gênero livre por excelência. Pode ser nostálgica, confessional, lunática, poética. Pode dar dicas, polemizar, elogiar, criticar. Pode ser partidária ou sentimental, divertida ou perturbadora, à toa ou filosófica – é caleidoscópica, tal qual nosso cotidiano. Ao abrimos os olhos pela manhã, nem imaginamos que uma miudeza qualquer poderá nos salvar da mesmice, nos oferecer um outro olhar, mas assim é. Todos nós vivemos, por escrito ou não, uma crônica diária. Hoje, antes de adormecer, você já estará um pouco transformado.

(Revista ELA, O *Globo*, 24/07/2022)

- 1) **A partir da leitura atenta do texto e da compreensão de seu sentido global, é correto afirmar que o enunciador:**
 - a) apresenta uma perspectiva técnica e objetiva acerca da estrutura do gênero textual crônica.
 - b) emprega referências a autores consagrados a fim de demonstrar a erudição necessária à produção de uma crônica.
 - c) revela o caráter banal e corriqueiro de um gênero que sempre privilegia o caráter fantasioso das narrativas.
 - d) faz uso de passagens narrativas a fim de ilustrar estratégias discursivas de envolvimento do leitor.
 - e) convoca o leitor a imergir num universo ficcional para que possa se afastar da abordagem crítica do texto.

- 2) **Nos dois primeiros parágrafos do texto, há o predomínio de verbos flexionados em um determinado tempo verbal. Esta flexão sugere uma ação:**
 - a) futura que se relaciona com um fato passado.
 - b) passada e anterior à outra também passada.
 - c) futura que não foi efetivamente realizada.
 - d) passada e interrompida por fatos presentes.
 - e) presente e projetando um futuro distante.

- 3) **A linguagem figurada é uma importante ferramenta na construção de sentidos no texto. Considerando o contexto, dentre as alternativas abaixo, esse recurso só não é observado em:**
 - a) “A partir dela, o leitor será fisgado ou não” (5º§).
 - b) “Uma vez aberta a janela do pensamento” (5º§).
 - c) “o leitor é puxado para um local em que nunca esteve” (5º§).
 - d) “é caleidoscópica, tal qual nosso cotidiano” (7º§).
 - e) “Ao abrimos os olhos pela manhã, nem imaginamos” (7º§).

- 4) **No período “Convém que a primeira frase seja cintilante.” (5º§), o verbo destacado constitui a oração principal. Pode-se afirmar que está flexionado na terceira pessoa do singular e que seu sujeito é:**
 - a) desinencial.
 - b) indeterminado.
 - c) oracional.
 - d) inexistente.
 - e) composto.

5) Sabendo que o verbo “Convir” é irregular, assinale a alternativa em que se erra no registro de sua flexão.

- Todos convinham que era a melhor saída.
- Nessa situação, seu discurso não conviu.
- Quando convier, busque apresentar sua posição.
- Suas atitudes convirão apenas no futuro.
- Se conviesse, você deveria se pronunciar.

6) Ao fazer uso da comparação e afirmar que a crônica “é caleidoscópica, tal qual nosso cotidiano” (7º§), entende-se que a autora atribui aos dois elementos da comparação a seguinte característica:

- incoerência.
- simplicidade.
- fragilidade.
- dificuldade.
- variabilidade.

7) Considerando o vocábulo “mesmice”, presente no 7º parágrafo, e seu processo de formação, é correto afirmar que se trata de:

- um substantivo formado por aglutinação.
- um adjetivo formado por justaposição.
- um pronome formado por derivação.
- um substantivo formado por derivação.
- um adjetivo formado por aglutinação.

8) Na coesão dos dois primeiros parágrafos, faz-se uso da repetição expressiva de duas construções linguísticas. Além da singularização do substantivo “dia” pelo artigo definido, tem-se a reiteração de orações:

- subordinadas substantivas.
- coordenadas explicativas.
- subordinadas adjetivas.
- coordenadas conclusivas.
- subordinadas adverbiais.

9) Considerando a passagem “dois gênios entre tantos que fizeram da leitura de jornal um hábito não só informativo, mas prazeroso e provocador.” (6º§), pode-se afirmar que os conectivos destacados possuem um valor semântico:

- alternativo.
- aditivo.
- adversativo.
- concessivo.
- conformativo.

10) No último parágrafo, para ratificar a afirmação contida em “A crônica é um gênero livre por excelência.”, a autora constrói uma sequência de frases estruturadas pela seguinte ferramenta linguística:

- a enumeração de características necessariamente excludentes entre si.
- o uso reiterado de um verbo auxiliar modal e lista de vários predicativos.
- o emprego de tom imperativo na apresentação das características da crônica.
- a disposição arbitrária de atributos exclusivos do gênero textual crônica.
- o registro de várias expressões adverbiais que exprimem juízo de valor.

Texto II

Padre António estava acabado, afirma Pereira. As olheiras cavavam-lhe as faces, e tinha um ar esgotado, como de quem não dormiu. Pereira perguntou o que acontecera, e Padre António disse: como pode, você não ficou sabendo? Massacraram um alentejano* em sua carroça, há greves aqui, na cidade e em outros lugares, afinal em que mundo vive, você trabalha num jornal?, ouça Pereira, vá se informar.

Pereira afirma ter saído perturbado por essa breve conversa e pelo modo como fora despachado. Perguntou-se: em que mundo eu vivo? E veio-lhe a estranha ideia de que ele, talvez, não vivesse, era como se já estivesse morto. Desde que sua mulher falecera, ele vivia como se estivesse morto. Ou melhor: só fazia pensar na morte, na ressurreição da carne, em que não acreditava, e em bobagens desse gênero, sua vida não passava de sobrevivência, de uma ficção de vida. E sentiu-se esgotado, afirma Pereira.

(TABUCCHI, Antonio. *Afirma Pereira: um testemunho*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p.17-18)

* relativo ao Alentejo (região de Portugal) ou o que é seu natural ou habitante

11) De acordo com o texto, nota-se que a reação de Padre António e o modo com que trata Pereira deve-se:

- à postura alienada de Pereira em relação à realidade social.
- à forma pouco cordial com que Pereira descreve o Padre.
- ao abatimento de Pereira em função da morte de sua esposa.
- à impaciência do Padre em relação aos jornalistas em geral.
- ao fato de o Padre atribuir à Pereira a responsabilidade da crise.

12) Considerando que a passagem “Padre Antônio disse: como pode, você não ficou sabendo?” (1º§) ilustra o discurso direto, caso o fragmento destacado fosse transcrito para discurso indireto, a construção verbal deveria ser a seguinte:

- a) soube.
- b) ficaria sabendo.
- c) tinha ficado sabendo.
- d) tivesse sabido.
- e) soubeste.

13) Em “As olheiras cavavam-lhe as faces” (1º§), o pronome destacado faz referência a:

- a) Pereira.
- b) faces.
- c) olheiras.
- d) Padre Antônio.
- e) cavavam.

14) Em “Ou melhor: só fazia pensar na morte, na ressurreição da carne,” (2º§), destacam-se dois termos que, sintaticamente, são:

- a) adjuntos adnominais subordinados ao verbo.
- b) complementos verbais coordenados entre si.
- c) adjuntos adverbiais coordenados pelo verbo.
- d) complementos nominais subordinados entre si.
- e) apostos explicativos coordenados pelo verbo.

Texto III

Fatores que podem atrair e tornar mais fácil a vida dos pedestres

Incentivar as caminhadas nos deslocamentos urbanos pode trazer efeitos sociais e econômicos relevantes

À medida que o processo de urbanização avança, o conceito de cidades inteligentes e sustentáveis ganha força. Caminhar é um meio de transporte sustentável essencial. Incentivar o aumento da participação das caminhadas na matriz de deslocamentos urbanos pode trazer, além de benefícios ambientais para as cidades, efeitos sociais e econômicos bastante relevantes para a sociedade.

Mas quais aspectos influenciariam positivamente essa transformação? Para estimular o deslocamento de pedestres, é fundamental aumentar a sua satisfação ao caminhar pela cidade. Portanto, para projetar estruturas e estabelecer uma política para pedestres é necessário, em primeiro lugar, identificar os fatores que afetam essa satisfação que pode ser traduzida pela segurança oferecida, pela comodidade e pelo conforto no deslocamento.[...]

(Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiobernardes/2022/09/fatores-que-podem-atrair-e-tornar-mais-facil-a-vida-dos-pedestres.shtml>. Acesso em 04/09/2022)

15) O verbo “tornar”, presente no título da matéria, é um marcador que introduz, ao leitor, o seguinte conteúdo pressuposto:

- a) a importância de caminhadas diárias.
- b) o comportamento distraído das pessoas.
- c) o avanço no processo de urbanização.
- d) o alto custo de vida nos centros urbanos.
- e) a existência de dificuldade na vida dos pedestres.

NOÇÕES DE DIREITO

16) No que se referem às “Funções Essenciais à Justiça” previstas no Capítulo IV da Constituição Federal de 1988 (CF/88), analise as afirmativas abaixo:

I. Compete ao Ministério Público, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

II. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

III. Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, incumbindo-lhes a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

IV. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) II e III apenas
- c) III e IV apenas
- d) I e III apenas
- e) II e IV apenas

17) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF/88), assinale a alternativa correta.

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial
- b) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao Ministério Público
- c) É violável o sigilo da correspondência, de dados e das comunicações telefônicas, com o objetivo de reparação civil por sentença transitada em julgado
- d) É direito dos necessitados receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo, inclusive, aquelas imprescindíveis ao sigilo da segurança da sociedade e do Estado
- e) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a soberania da decisão judicial e a competência para julgamento de todos os crimes com pena superior a 02 (dois) anos

18) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Frente a esse contexto, segundo a Constituição Federal de 1988 (CF/88), assinale a alternativa incorreta.

- a) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período
- b) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento
- c) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei
- d) Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo
- e) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical

19) Consoante a Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, caso o candidato XX seja aprovado neste Concurso Público para o cargo de Oficial Judiciário do Estado de Minas Gerais, tome posse e tenha mais de 03 (três) anos de efetivo exercício na qualidade de servidor público, ele perderá o cargo:

- a) em virtude de sentença judicial ainda que não transitada em julgado
- b) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado a ampla defesa
- c) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, realizada por colegas de mesma hierarquia, sem necessidade de apresentação de defesa
- d) em virtude de decisão proferida por órgão colegiado sob o qual esteja subordinado
- e) quando não obtiver desempenho satisfatório em comparação com colega titular de igual cargo, atestada por testemunhas

20) Nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, são diretrizes da política de pessoal dos servidores públicos civis, exceto:

- a) valorização e dignificação da função pública e do servidor público
- b) sistema do mérito objetivamente apurado para ingresso no serviço e desenvolvimento na carreira
- c) exigência de curso de qualificação mínima em nível de pós-graduação do servidor público
- d) remuneração compatível com a complexidade e a responsabilidade das tarefas e com a escolaridade exigida para seu desempenho
- e) constituição de quadro dirigente, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores

21) Nos termos das disposições da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais (Lei Complementar nº 59 de 18/01/2001), assinale a alternativa incorreta.

Compete ao Diretor do Foro:

- a) Dar exercício a servidor do foro judicial, a delegatário dos serviços notariais e de registro e dar posse e exercício ao Juiz de Paz
- b) Instaurar sindicância e processo disciplinar contra servidor do foro judicial ou titulares e prepostos não optantes dos serviços notariais e de registro
- c) Determinar ou requisitar providências necessárias ao bom funcionamento do serviço judiciário, inclusive, em caráter excepcional, sugerir forma e unidade para recebimento de cooperação
- d) Exercer, em sua secretaria de juízo, nos serviços auxiliares do Judiciário e nos serviços notariais e de registro de sua comarca, as funções administrativas, de orientação, de fiscalização e disciplinares
- e) Substituir, nos limites da sua Comarca, o Presidente do Tribunal de Justiça

22) No que se refere às disposições da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais (Lei Complementar nº 59 de 18/01/2001), assinale a alternativa incorreta.

Compete ao Juiz de Vara de Execuções Criminais e Corregedor de Presídios decidir sobre:

- a) soma ou unificação de penas
- b) detração e remição da pena
- c) suspensão condicional da pena
- d) liberdade provisória
- e) execução provisória da pena, assim entendida aquela que recaia sobre o reeducando preso, proveniente de decisão condenatória, independentemente do trânsito em julgado para qualquer das partes

23) Em relação à Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais (Lei Complementar nº 59 de 18/01/2001), assinale a alternativa incorreta.

É vedado ao magistrado:

- a) Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério
- b) Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo
- c) Dedicar-se a atividade político-partidária
- d) Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou por exoneração
- e) Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei

24) Em relação às disposições previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa incorreta.

As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

- a) Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas
- b) Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental
- c) Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais
- d) Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística
- e) Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto exclusivamente direto causado pelas obras contratadas

25) No que concerne às disposições previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

- I. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado.
- II. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado.
- III. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) II e III apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

26) Sobre a Resolução nº 217 da 3ª Assembleia Geral da ONU, de 10 de dezembro de 1948 (Declaração Universal dos Direitos Humanos), é incorreto afirmar que:

- a) toda pessoa tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei
- b) todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução técnico-profissional será obrigatória e acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito
- c) todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação
- d) todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele
- e) não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania

27) Assinale a alternativa correta.

De acordo com as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em seu capítulo IV (DO ACÓRDÃO):

- a) o acórdão será lavrado pelo relator, em qualquer caso
- b) no prazo de 15 (quinze) dias da assinatura do acórdão, o cartório onde tramita o feito fará publicar a súmula da decisão, dela constando os nomes dos advogados das partes
- c) havendo mais de uma parte vencida, os autos não poderão, de forma alguma, ser retirados do cartório
- d) nos casos de ausência ou impedimento do relator ou dos desembargadores vencedores, caberá a qualquer um dos vencidos, lavrar o acórdão, declarando os votos dos ausentes, bem como relatar os embargos declaratórios
- e) qualquer inexatidão material existente no acórdão, devida a lapso manifesto, erro de escrita ou cálculo, poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, ser corrigida pelo relator do acórdão, que determinará a sua republicação

28) De acordo com o artigo 9º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assinale a alternativa correta em relação a afirmação a seguir.

O Tribunal de Justiça organiza-se e funciona pelos seguintes órgãos, sob a direção do Presidente:

- a) Tribunal Pleno, composto por 2/3 do total de desembargadores e sob a presidência do Presidente
- b) Órgão Especial, constituído pelos treze desembargadores mais antigos e por doze desembargadores eleitos, observado o quinto constitucional
- c) Conselho da Magistratura, composto do Presidente, que o presidirá, dos Vice-Presidentes e do Corregedor-Geral de Justiça, que são membros natos, e de cinco desembargadores, dentre os integrantes do Órgão Especial, eleitos pelo Tribunal Pleno, observado o quinto constitucional
- d) Comissões temporárias, integradas e presididas pelos desembargadores designados pelo Presidente do Tribunal, com as atribuições estabelecidas no ato de designação, inclusive as de competência das comissões permanentes
- e) Ouvidoria Judicial, dirigida por um representante da OAB, escolhido na forma do regulamento constante de resolução do Órgão Especial, o qual também definirá as respectivas atribuições e prerrogativas, observada a legislação específica

29) Sobre o Código de Conduta do Tribunal de Justiça de Minas Gerais instituído pela Portaria 4.715/PR/2020, que estipula as condutas esperadas de todos os agentes públicos do TJMG, assinale a alternativa incorreta.

- a) Buscar a excelência no atendimento e atuar com cortesia, presteza, respeito, honestidade, imparcialidade, impessoalidade, observando a igualdade de tratamento nas relações de trabalho com os usuários da justiça e o público em geral
- b) Respeitar as capacidades, limitações individuais e opiniões, sem qualquer tipo de preconceito ou distinção de raça, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, posição política ou social, seja na expressão verbal ou escrita
- c) Realizar as tarefas atribuídas a seu cargo ou sua função com discrição, comprometimento, diligência, zelo, rendimento, disciplina e economicidade
- d) Participar, quando convidado, convocado ou designado, dos programas, eventos institucionais e de outras atividades que visam à capacitação, ao aperfeiçoamento das atividades laborais e à integração entre colegas e áreas do Tribunal
- e) Cumprir todas as ordens superiores

30) No que diz respeito a responsabilidade civil, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), para o fim de assegurar a efetiva indenização ao titular dos dados, é incorreto afirmar que:

- a) o operador responde subsidiariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador equipara-se ao controlador, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 da LGPD
- b) os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorreram danos ao titular dos dados respondem solidariamente, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 da LGPD
- c) o juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa
- d) aquele que reparar o dano ao titular tem direito de regresso contra os demais responsáveis, na medida de sua participação no evento danoso
- e) os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído; que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados ou que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

31) Com base em uma planilha eletrônica genérica a seguir, assinale a alternativa que apresenta o resultado da fórmula: =MÉDIA(A2:C2)+SOMA(A1:C1)

	A	B	C
1	4	5	6
2	1	2	3

- a) 21 (vinte e um)
- b) 20 (vinte)
- c) 19 (dezenove)
- d) 18 (dezoito)
- e) 17 (dezesete)

32) Quanto às principais características técnicas dos editores de texto Microsoft WORD e LibreOffice WRITER, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Existe a opção de exibir um documento como página da Web no LibreOffice Writer.
- () Enquanto no Word a extensão padrão é DOCX, no Writer a extensão padrão é ODT.
- () A correção ortográfica está disponível apenas no editor de texto da Microsoft.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - V - F
- c) V - F - V
- d) F - F - V
- e) F - F - F

33) Assinale a única alternativa que esteja tecnicamente correta quanto a ser respectivamente a identificação de um típico endereço de uma página de Internet (URL), e em seguida um genérico endereço de correio eletrônico:

- a) www.nome_da_entidade.com.br
seu_nome@nome_da_entidade.com.br
- b) nome_da_entidade.com.br@seu_nome
http:nome_da_entidade.com.br
- c) http:nome_da_entidade.com.br
seu_nome@nome_da_entidade.com.br
- d) seu_nome@nome_da_entidade.com.br
www.nome_da_entidade.com.br
- e) www.nome_da_entidade.com.br
nome_da_entidade.com.br@seu_nome

34) Existem várias resoluções de tela de monitor para o Sistema Operacional Microsoft Windows. As mais principais e existentes são:

- (1) 1024 x 1280
- (2) 1280 x 720
- (3) 1920 x 1080
- (4) 2560 x 1440

Da relação apresentada:

- a) existem somente o 1, 2 e 3
- b) existem somente o 1, 2 e 4
- c) existem somente o 2, 3 e 4
- d) existem somente o 1, 3 e 4
- e) existem todos

35) Quanto aos códigos maliciosos de computador, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O Windows Defender é um antivírus gratuito oficial que vem acompanhado no Windows 10.
- II. Existe uma premissa básica de que todos os vírus são categorizados como malwares.
- III. Os Trojans são malwares que sequestram os dados do computador na busca de resgate.

Das afirmativas:

- a) Apenas I é tecnicamente verdadeira
- b) Apenas I e II são tecnicamente verdadeiras
- c) Apenas II e III são tecnicamente verdadeiras
- d) Apenas I e III são tecnicamente verdadeiras
- e) I, II e III são tecnicamente verdadeiras

RACIOCÍNIO LÓGICO

36) Ana, Beto, César, Denise, Elis e Fernando vão participar juntos de um triatlo e todos irão em duplas. Sendo que uma dupla vestirá azul, outra vestirá vermelho e outra branco. Sabe-se que:

- Ana não vestirá branco, e acompanhará Beto, que por sua vez não vestirá azul.
- Elis vai vestir azul.
- César não fará dupla com Denise, nem vestirá azul.

Nessas condições, é correto afirmar que:

- a) Denise vestirá branco
- b) Fernando vai com Elis
- c) Fernando vestirá branco
- d) Elis vestirá vermelho
- e) César vai com Elis

37) Uma frase que representa a negação da proposição lógica “O candidato foi aprovado e a prova não foi difícil” é:

- a) O candidato não foi aprovado e a prova foi difícil
- b) O candidato não foi aprovado ou a prova foi difícil
- c) O candidato não foi aprovado e a prova não foi difícil
- d) O candidato foi aprovado e a prova foi difícil
- e) O candidato foi aprovado ou a prova não foi difícil

38) Os números a seguir apresentam uma sequência lógica.

2, 8, 12, 48, 52, 208, 212,...

Dessa forma, o próximo número dessa sequência que segue essa lógica é igual a:

- a) 848
- b) 216
- c) 424
- d) 636
- e) 512

39) Se Marcia é dentista, então Paulo não é advogado. Se Paulo não é advogado, então Carlos é médico. Sabe-se que Carlos não é médico. Nessas condições é correto afirmar que:

- a) Marcia é dentista
- b) Paulo não é advogado e Carlos não é médico
- c) Marcia é dentista e Paulo não é advogado
- d) Paulo é advogado
- e) Marcia não é dentista e Paulo não é advogado

40) Maria comprou um produto e pagou R\$ 80,00 com 20% de desconto sobre o preço à vista. Nessas condições, se o desconto fosse de 30% sobre o preço à vista, então Maria teria economizado o valor de:

- a) R\$ 12,00
- b) R\$ 20,00
- c) R\$ 18,00
- d) R\$ 16,00
- e) R\$ 10,00

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41) J., 14 anos, filho único, perdeu os pais e avós em um acidente fatal de trânsito ocorrido em 10/10/2022. Seus pais não deixaram testamento ou qualquer documento acerca dos representantes futuros do menor. Frente a essa situação, segundo o disposto no Código Civil (Lei Federal 10.406/2002), analise as afirmativas a seguir.

- I. Considerando ser menor de idade, ele será submetido à tutela, competindo ao tutor o representar até os até os dezesseis anos, nos atos da vida civil, e assisti-lo, após essa idade, nos atos em que for parte.
- II. Tendo em vista a ausência de ascendentes e de tutor nomeado pelos pais incumbe a tutela aos parentes consanguíneos do menor, colaterais até o quarto grau, preferindo os maiores de idade mais moços frente aos mais velhos.
- III. Podem escusar-se da tutela as tias de J. que forem casadas.
- IV. Não podem ser tutores, aqueles tios (tias) que já exerceram tutela ou curatela.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e III apenas
- b) II e III apenas
- c) III e IV apenas
- d) I e II apenas
- e) II e IV apenas

42) W. precisa contratar um advogado para defender seus interesses em uma demanda sobre indenização por atos ilícitos. Sobre o mandato previsto no Código Civil, é correto afirmar que:

- a) a procuração deverá ser feita mediante instrumento público ou particular com duas testemunhas, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante
- b) considerando que não houve assinatura de contrato de honorários com estipulação da retribuição, mas, apenas, outorga de procuração, presume-se gratuito o mandato
- c) o instrumento particular deve conter a indicação do lugar onde foi passado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos
- d) quando o mandato for feito por instrumento público, não pode substabelecer-se mediante instrumento particular
- e) o mandatário não tem o direito de reter, do objeto da operação que lhe foi cometida, o valor necessário ao pagamento de tudo que lhe for devido em consequência do mandato

43) No que tange às disposições acerca das Pessoas Naturais (Título I) e das Pessoas Jurídicas (Título II), conforme o Código Civil (Lei Federal 10.406/2002), analise as afirmativas a seguir e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, as pessoas com deficiência e os indígenas.
- () A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores, sendo que, sua autonomia patrimonial é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.
- () Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer pessoa capaz, declarará a ausência, e obrigatoriamente nomear-lhe-á curador o cônjuge, mesmo que separado de fato ou judicialmente, independentemente do tempo de cessação da convivência.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - V
- b) F - V - F
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - V

44) No que tange à impenhorabilidade do bem de família fundamentada na Lei 8.009/1990, é correto afirmar que:

- a) aquele devedor que, adquire imóvel mais valioso para transferir a residência familiar, desfazendo-se da moradia antiga, independente de boa ou má-fé, não poderá se beneficiar do disposto nessa lei
- b) incluem-se na impenhorabilidade os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos
- c) A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência
- d) a impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações e móveis que guarnecem a casa, excluindo-se as benfeitorias de qualquer natureza
- e) o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas na Lei 8.009/90

45) A Lei Estadual nº 14.939/2003 dispõe sobre as custas devidas ao Estado de Minas Gerais no âmbito da Justiça Estadual de primeiro e segundo grau. São isentos do pagamento de custas, exceto:

- a) a União, o Estado de Minas Gerais e seus Municípios e as respectivas autarquias e fundações
- b) o réu que cumprir o mandado de pagamento e despejo ou não contestar os fatos que lhe são imputados nas ações de obrigação de fazer
- c) os que provarem insuficiência de recursos e os beneficiários da assistência judiciária
- d) o Ministério Público e a Defensoria Pública
- e) o autor nas ações populares, nas ações civis públicas e nas ações coletivas de que trata a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, - Código de Defesa do Consumidor - ressalvada a hipótese de litigância de má-fé

46) Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regulamentados pela Lei nº 9.099/1995 sendo importantes órgãos da Justiça Ordinária, criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência. É correto afirmar que:

- a) somente as pessoas físicas serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial
- b) o Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as causas cujo valor não exceda a 20 (vinte) vezes o salário mínimo
- c) os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária, sendo que, na contagem de prazo em dias, estabelecido por essa lei ou pelo juiz, não se aplicam a contagem em dias úteis
- d) não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil
- e) em regra, a citação far-se-á por oficial de justiça, com aviso de recebimento em mão própria

47) Nos termos do Provimento-Conjunto nº 75/2018 do TJMG que regulamenta o recolhimento das custas judiciais, da taxa judiciária, das despesas processuais e dos demais valores, é correto afirmar que:

- a) o TJMG assegurará ao oficial de justiça, com recursos do orçamento fiscal, o pagamento da verba indenizatória de transporte e o reembolso dos dispêndios com pedágio nos mandados cumpridos nos processos de competência do Juizado Especial, seja em primeiro ou segundo grau de jurisdição
- b) a cópia eletrônica de documentos originalmente físicos é isenta de cobrança pelo TJMG
- c) no cumprimento, pelo mesmo oficial de justiça avaliador, de mais de um mandado no mesmo dia e para o mesmo endereço, destinados à mesma parte ou a pessoas distintas, inclusive nos casos em que o processo tramite sob o benefício da gratuidade da justiça, será devida uma única verba indenizatória de transporte
- d) o magistrado não poderá conceder o parcelamento das custas judiciais, da taxa judiciária e das despesas processuais
- e) nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais são devidas custas judiciais, taxa judiciária e despesas processuais na impetração de mandado de segurança

48) Zenão, no exercício do cargo de Diretor do Banco Central, permitiu a fabricação de moeda em quantidade superior à autorizada. Contudo, graças à imediata atuação do Oficial de Justiça Parmênides, Zenão acabou sendo preso e as moedas apreendidas. Nesse caso, assinale a alternativa correta.

- a) Zenão responderá pelo crime de moeda falsa em sua forma qualificada
- b) Zenão responderá pelo crime de peculato
- c) Zenão responderá pelo crime de moeda falsa, sendo sua pena elevada de 1/6 (um sexto)
- d) Zenão responderá pelo crime de moeda falsa em sua forma privilegiada
- e) A conduta de Zenão não constitui crime

49) No que está relacionado com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa incorreta. O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

- a) maior de 80 (oitenta) anos
- b) mulher com filho de até 14 (quatorze) anos de idade incompletos
- c) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência
- d) gestante
- e) extremamente debilitado por motivo de doença grave

50) O Analista Judiciário Platão, fora dos casos permitidos em lei, resolveu abandonar o cargo público exercido. Em relação à conduta que foi praticada, assinale a alternativa incorreta.

- a) A conduta de Platão configura o crime de abandono de função, que é classificado na doutrina como delito de mão própria
- b) Em caso de prejuízo público, Platão responderá pelo crime de abandono de função em sua forma qualificada
- c) A conduta de Platão constitui o crime de abandono de função, classificado na doutrina como delito omissivo próprio e que não admite a tentativa
- d) Se o fato tiver ocorrido em lugar compreendido na faixa de fronteira, a pena será aplicada em dobro
- e) Platão praticou crime contra a administração pública

51) O Oficial de Justiça Sócrates, por indulgência, mas com a consciência de estar agindo indevidamente, deixou de responsabilizar seu subordinado Xenofonte que cometeu infração no exercício do cargo. Nesse caso, assinale a alternativa correta.

- a) Sócrates praticou o crime de prevaricação
- b) Sócrates praticou o crime de corrupção passiva
- c) Sócrates praticou o crime de condescendência criminosa
- d) Sócrates praticou o crime de corrupção passiva privilegiada
- e) A conduta de Sócrates não constitui crime, pois agiu por indulgência, a qual configura mera infração administrativa

52) No que se refere aos crimes contra a administração pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. Constitui crime de exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado, entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso.
- II. Kant, próspero empresário, importou mercadoria proibida, sendo que sua conduta foi facilitada pelo servidor público Hegel, o qual, dolosamente, atuou com infração de dever funcional. Nesse contexto, Kant e Hegel responderão pelo crime de contrabando.
- III. Para a consumação do delito de concussão exige-se a produção do resultado naturalístico consistente no recebimento da vantagem indevida.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) II apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

53) Em relação aos delitos de falsidade documental, assinale a alternativa incorreta.

- a) Descartes, no exercício do cargo de Analista Judiciário e em benefício alheio, destruiu documento público que estava sob a sua guarda em razão do cargo e de que não podia dispor. Nesse contexto, Descartes praticou o crime de supressão de documento
- b) No que se refere ao crime de falsificação de documento público, para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular
- c) No que diz respeito ao crime de falsificação de documento particular, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito
- d) Classifica-se como próprio o crime de falsidade de atestado médico
- e) O Analista Judiciário Aristóteles cometeu o crime de falsificação de documento público prevalecendo-se do cargo exercido. Nessa situação, em razão do cargo exercido, sua pena será aumentada de sexta parte

54) No que corresponde à denominada Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), assinale a alternativa incorreta.

- a) A destruição das drogas apreendidas sem a ocorrência de prisão em flagrante será feita por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo
- b) Oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias
- c) Na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, o acusado poderá arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, até o número de 5 (cinco), arrolar testemunhas
- d) Os bens, direitos ou valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) ou objeto de medidas assecuratórias, após decretado seu perdimento em favor da União, serão revertidos diretamente ao Funad (Fundo Nacional Antidrogas)
- e) O juiz, a requerimento do Ministério Público ou do assistente de acusação, ou mediante representação da autoridade de polícia judiciária, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão e outras medidas assecuratórias nos casos em que haja suspeita de que os bens, direitos ou valores sejam produto do crime ou constituam proveito dos crimes previstos na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)

55) O art. 75 do Código de Processo Civil, dispõe que serão representados em juízo, ativa e passivamente. Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta.

- a) A União, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado
- b) A herança jacente ou vacante, pelo inventariante
- c) A sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração de seus bens
- d) A autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar
- e) A pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores

56) Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito (artigos 244 e 245 do Código de Processo Civil) _____.

- a) de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou a fim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 3 (três) dias seguintes
- b) de quem estiver participando de ato de manifestação político-partidária
- c) de noivos, nos 7 (sete) primeiros dias seguintes ao casamento
- d) quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la
- e) de doente, qualquer que seja o seu estado de saúde

57) Sobre a jurisdição e da ação, assinale a alternativa incorreta.

- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade
- b) O interesse do autor não poderá se limitar à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica
- c) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico
- d) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento
- e) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito

58) Assinale a alternativa incorreta.

Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial. Será expedida carta para a prática de atos fora dos limites territoriais do tribunal, da comarca, da seção ou da subseção judiciárias. Será expedida carta:

- a) de ordem, pelo tribunal, para juízo a ele vinculado, se o ato houver de se realizar fora dos limites territoriais do local de sua sede
- b) rogatória, para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro
- c) precatória, para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa
- d) arbitral, para que órgão do Poder Judiciário pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória
- e) se o ato relativo a processo em curso na justiça federal houver de ser praticado em local onde não haja vara federal, a carta não poderá ser dirigida ao juízo estadual da respectiva comarca

59) Sobre as atribuições do oficial de Justiça indicadas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) Incumbe ao oficial de justiça procurar o citando e, onde o encontrar, citá-lo, lendo-lhe o mandado e entregando-lhe a contrafé
- b) Incumbe ao oficial de justiça procurar o citando e, onde o encontrar, citá-lo, portando por fé se recebeu ou recusou a contrafé
- c) Incumbe ao oficial de justiça procurar o citando e, onde o encontrar, citá-lo, obtendo a nota de ciência ou certificando que o citando não a após no mandado
- d) Quando, por 3 (três) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar
- e) Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar, em qualquer delas, citações, intimações, notificações, penhoras e quaisquer outros atos executivos

60) Sobre as atribuições e responsabilidade civil do oficial de justiça, assinale a alternativa incorreta.

- a) Incumbe ao oficial de justiça fazer pessoalmente citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício, sempre que possível na presença de 2 (duas) testemunhas, certificando no mandado o ocorrido, com menção ao lugar, ao dia e à hora
- b) Incumbe ao oficial de Justiça certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber
- c) O oficial de justiça é responsável, civil e objetivamente, quando praticarem ato nulo com dolo ou culpa
- d) O oficial de justiça é responsável, civil e regressivamente, quando sem justo motivo, se recusar a cumprir no prazo os atos impostos pela lei ou pelo juiz a que está subordinado
- e) Incumbe ao oficial de justiça executar as ordens do juiz a que estiver subordinado, entregar o mandado em cartório após seu cumprimento, auxiliar o juiz na manutenção da ordem e efetuar avaliações, quando for o caso